



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE SOCIEDADE, CULTURA E ARTES (IISCA)

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

ODILON RODRIGUES DE LIMA NETTO

TEORIA DE TROPOS E O PROBLEMA DO REGRESSO AO INFINITO

JUAZEIRO DO NORTE

2026

ODILON RODRIGUES DE LIMA NETTO

TEORIA DE TROPOS E O PROBLEMA DO REGRESSO AO INFINITO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Cariri como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Valdetonio Pereira de Alencar

JUAZEIRO DO NORTE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

L732t Lima Netto, Odilon Rodrigues.
Teoria de tropos e o problema do regresso ao infinito / Odilon Rodrigues Lima Netto
. - 2026.
44 f.: color. 30 cm.
(Inclui bibliografia, p.42-43).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Cariri,
Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes, Curso de Filosofia, Juazeiro do
Norte, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Valdetonio Pereira de Alencar.

1. Regresso ao infinito. 2. Teoria de tropos. 3. Problema dos universais. I. Alencar, .
Valdetonio Pereira de - orientador. II. Título.

CDD 100

Bibliotecária: Maria Eliziana Pereira de Sousa – CRB 15/564

ODILON RODRIGUES DE LIMA NETTO

TEORIA DE TROPOS E O PROBLEMA DO REGRESSO AO INFINITO

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Cariri como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado em
Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdetonio Pereira de Alencar – UFCA
Orientador

Prof. Dr. José Gladstone de Almeida Junior – UFCA

Prof. Dr. Italo Lins Lemos – UFCA

JUAZEIRO DO NORTE-CE, 22 DE JANEIRO DE 2026

RESUMO

A Teoria de Tropos fornece uma visão alternativa acerca da natureza das propriedades; essas não seriam universais, mas particulares. Soluções para o problema dos universais precisam responder ao problema do regresso ao infinito. Por postular metarrelações — semelhança e copresença — a teoria de tropos também precisa lidar com essa crítica. Outra questão que o teórico de tropos enfrenta, consequentemente, é a respeito da individuação de entidades. Na seguinte monografia, discuto como o problema do regresso afeta essa teoria. Em geral, há na literatura várias maneiras de analisar esse problema e algumas dessas são discutidas neste trabalho. Como soluções ao problema do regresso, temos a metarrelação de copresença ser uma relação interna, desta forma não há possibilidades para o gatilho de algum regresso ao infinito. Outra saída interessante apresentada neste trabalho é a teoria nuclear de Peter Simons, na qual, ao utilizar a teoria de fundação do filósofo Husserl, livra-se de um possível regresso ao infinito.

Palavras-chave: regresso ao infinito; tropos; universais.

ABSTRACT

Trope Theory provides an alternative view of the nature of properties; these would not be universal, but particular. Solutions to the problem of universals need to address the problem of infinite regress. By postulating metarelations—similarity and copresence—trope theory also needs to deal with this criticism. Another issue that the trope theorist consequently faces is regarding the individuation of entities. In the following monograph, I discuss how the problem of regress affects this theory. In general, there are several ways to analyze this problem in the literature, and some of these are discussed in this work. As solutions to the problem of regress, we have the metarelation of copresence being an internal relation, thus there is no possibility for triggering any infinite regress. Another interesting solution presented in this work is Peter Simons' nuclear theory, in which, by using Husserl's foundation theory, a possible infinite regress is avoided.

Keywords: infinite regress; tropes; universals.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Objetivos e Metodologia	7
2	O ARGUMENTO DO REGRESSO AO INFINITO E O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS	9
2.1	O problema dos universais	9
2.2	O regresso ao infinito nas soluções para esses problemas	10
3	TEORIA DE TROPOS	16
3.1	O que é um tropo?	16
3.1.1	Particularidade	18
3.1.2	Abstração	19
3.1.3	Simplicidade	20
3.2	A metarrelação da semelhança exata e o problema dos universais	21
4	O PROBLEMA DA SUBSTÂNCIA E O REGRESSO DE BRADLEY	26
4.1	O problema da substância	26
4.2	A metarrelação da copresença e o regresso de Bradley	31
4.3	A teoria nuclear da substância	34
5	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A ontologia procura descrever a realidade e suas estruturas, investiga o ser enquanto ser. Nessa investigação, há várias ontologias; a clássica, por exemplo, defende duas categorias, a saber, substância e propriedade. Nesta monografia, pretendo apresentar a ontologia de categoria única, no caso, tropos, e como essa trata o problema do regresso. Esse problema persiste em diferentes teorias ontológicas. Realismo é definido como a admissão de entidades universais; o nominalismo como a rejeição dessas entidades. Ambas as teorias podem ser divididas em diversos subtipos.

O Realismo pode ser classificado tradicionalmente em Realismo Imanente e Transcendente. Enquanto Aristóteles defendia o primeiro: universais existiriam apenas nas coisas; Platão defendia a segunda: universais teriam completa independência ontológica do mundo sensível. Historicamente, Aristóteles fez várias críticas ao Realismo Platônico. Uma dessas constitui um argumento de regresso ao infinito: o argumento do terceiro homem. Armstrong (1974, p. 197) apresenta esse problema e como ele está conectado com a questão mais geral sobre regresso ao infinito. Como Armstrong (1974) mostrou, soluções nominalistas e realistas sofrem desse problema.

O problema do regresso também aparece quando tentamos explicar a existência dos universais aceitos pelos realistas. O problema dos universais surge quando tentamos responder o que há de similar entre dois particulares. O realista dirá que é um universal. O teórico de tropos, por sua vez, argumenta que não é um universal mas um conjunto de tropos unidos por metarrelações de semelhança exata e copresença.

Mas podemos nos perguntar, o que seria um tropo? Um tropo é o elemento fundamental da realidade. É a categoria ontológica fundamental e única, que constitui todas as coisas no espaço-tempo. Os teóricos de tropos não aceitam a existência de entidades abstratas, fora do espaço-tempo que sejam compartilháveis e repetíveis entre os objetos, tal entidade é denominada de universal. Um exemplo, para explicar um universal, seria a cor vermelha em duas bolas de bilhar, um realista afirmaria que a cor vermelha da bola de bilhar n1 é a mesma cor vermelha na bola de bilhar n2. Esse fato acontece, pois as bolas n1 e n2 compartilham do mesmo universal, que podemos denominar *vermelhidão*.

Um teórico de tropos nega tal explicação. O teórico de tropos irá defender que, o que acontece para as bolas de bilhar $n1$ e $n2$ terem a cor vermelha é que, cada bola, possui um tropo da cor vermelha. O tropo de vermelho da bola $n1$ é único, incompartilhável, da mesma forma acontece com a bola $n2$, que possui um tropo único e incompartilhável da cor vermelha.

Contudo, o que estabelece os tropos das bolas $n1$ e $n2$ são ambas vermelhas? Elaborando a pergunta do ponto de vista realista, podemos expressá-la da seguinte forma: o que faz com que as duas bolas de bilhar, $n1$ e $n2$, sejam instâncias do mesmo universal, no caso, *vermelhidão*. Existem diferentes respostas a essa pergunta, que dependem da teoria com que você analisa esse fato. É nesta análise que surge o problema estudado nesta monografia, no caso, o problema do regresso. Um regresso, explicando de forma bem simplificada, é uma sequência que se inicia e que não tem fim.

Entre as muitas teorias que estudam o problema dos universais, neste trabalho abordaremos a teoria realista, que aceita universais, na qual o particular a participa do universal F . Assim como algumas teorias nominalistas: nominalismo de predicado, onde o particular a cai no predicado ‘ F ’; nominalismo de conceito, onde o particular a cai no conceito ‘ F ’; nominalismo de classe, na qual o particular a pertence a classe ‘ F ’; nominalismo de semelhança onde o particular a se assemelha de maneira apropriada a um conjunto de objetos paradigmáticos e a teoria de tropos.

1.1 Objetivos e metodologia

No segundo capítulo, tratarei do argumento do regresso ao infinito e do problema dos universais. Explicarei os tipos de teorias nominalistas e suas alternativas de solução ao problema dos universais e como essas teorias caem em regresso ao infinito, ou relacional ou objectual.

No terceiro capítulo apresentarei a Teoria de Tropos e as características de um tropo, no caso: particularidade, abstração e simplicidade. Depois mostrarei a metarrelação de semelhança exata e o problema dos universais, explico que o regresso não seja o problema, mas sua viciosidade. Explano a solução para esta viciosidade, proposta pela filósofa Maurin.

No quarto capítulo, apresento o problema da substância, explico o porquê motivo surge esse problema quando se tenta conceituar uma substância. Falarei sobre as teorias mais aceitas para solucionar esse problema, no caso, a teoria do substrato e a teoria de feixes, explicarei as vantagens e desvantagens de cada teoria. Neste mesmo capítulo, mostro a metarrelação de copresença, que vem a ser a solução proposta por alguns filósofos para estabelecer a coesão em feixe de tropos, na constituição de um objeto. Em seguida vamos expor o regresso que se manifesta na metarrelação de copresença, no caso, o regresso de Bradley.

2 O ARGUMENTO DO REGRESSO AO INFINITO E O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS

Neste capítulo, investigaremos o problema dos universais e o consequente regresso nas tentativas de solucioná-lo. Inicialmente definiremos o que é um universal, quem defende sua existência, neste caso, os realistas e quem é contra, os nominalistas. Em seguida analisaremos como os filósofos entendem os universais como problema, e quais as formas existentes de solução. Entre as soluções temos os nominalistas de conceito, de predicado, de classe e de semelhança. Continuando com a investigação do problema, apresentaremos uma consequência nas tentativas de impedir a existência de universais, no caso o regresso ao infinito e seus tipos, o regresso de objeto e o regresso de relação.

2.1 O problema dos universais

Armstrong (1974, p. 191) explana as classificações das análises relacionais como possíveis soluções ao problema dos universais, sendo que essas investigam a circunstância em que a tem a característica F , uma vez que a tem alguma relação, R , com alguma entidade Φ e podem ser divididas em nominalista e realista. Sendo que, na visão nominalista o que existe são particulares e na realista a existência de universais é aceita. Encontramos as seguintes subdivisões nominalistas: de predicado, de conceito, de classe e de semelhança. Veremos que essas tentativas de evitar universais caem em um regresso ao infinito ou de objeto ou de relação.

Temos dois argumentos a favor da existência dos universais. Argumento de um para muitos, que é metafísico. Quando vemos múltiplos objetos, como várias cadeiras, parece que todos compartilham a mesma qualidade de “ser cadeira”. Isso sugere que há algo comum, no caso, um universal, entre esses objetos. Portanto, não podemos explicar essa semelhança sem postular a existência de universais.

O outro argumento que Armstrong apresenta é o argumento semântico, a necessidade de termos gerais para se referir a propriedades como “ser vermelho” ou “ser triângulo” implica que esses termos devem se referir a universais. Armstrong, rejeita essa

linha de raciocínio, separando o problema ontológico, da semântica (Armstrong, 1978, p. 8-10).

Existem duas vertentes metafísicas predominantes, o realismo e o nominalismo. Os realistas platônicos, por exemplo, afirmam que os universais existem e são independentes de objetos específicos, existindo separados destes. Já os nominalistas, negam a existência de universais e o que realmente existem são apenas particulares. Ambas as vertentes metafísicas enfrentam dificuldades. Por exemplo, no caso dos nominalistas encontramos o obstáculo de como entender e conhecer a realidade sem utilizar universais. Os realistas têm dificuldade ontológica, pois de que forma explicar a existência dos universais. Sem poder percebê-los diretamente, precisamos inferi-los para explicar o conhecimento e as propriedades que observamos (Spade, 1994, *apud* Alencar, 2015, p. 12).

Universal pode ser entendido como algo que está presente em diversos objetos, esses são conhecidos como instâncias do universal, sendo que o número de instâncias não influencia, digamos, o “tamanho” do universal. Desde o começo da filosofia clássica, existe o problema em definir o que é esse algo que aparece em diversos objetos. Por exemplo, a cor vermelha em uma maçã, em uma camisa, em um carro, em uma mesa entre outros. Como podemos definir ontologicamente o vermelho que aparece nesses objetos. Esse problema é conhecido como “Problema dos universais”. Para Campbell (1990, p. 28-29), a expressão ‘o problema dos universais’ poderia ser substituída por: ‘existe universal, esse algo em comum entre muitos?’. Podemos utilizar a distinção que Campbell estabelece para analisar o problema dos universais. Ele estabelece duas questões: A questão *A* e a questão *B*. A questão *A* pergunta o porquê desse objeto, por exemplo, uma bola de bilhar, é da cor vermelha. Já a questão *B* pergunta, por qual motivo essas duas bolas de bilhar são vermelhas? (Campbell, 1990, p. 29)

2.2 O regresso ao infinito nas soluções para esses problemas

Vamos fazer um estudo de algumas teorias que tratam do problema dos universais. Tanto teorias realistas como nominalistas, as teorias são as seguintes:

1. Realismo: *a* é *F* em virtude de *a* participar do universal ou forma *F*.
2. Nominalismo de predicado: *a* cai sob o predicado *F*.

3. Nominalismo de conceito: a cai sob o conceito F .
4. Nominalismo de classe: a é um membro da classe dos F 's,
5. Nominalismo de semelhança: a se assemelha a cada membro de um determinado conjunto de objetos paradigmáticos de maneira apropriada,

Antes de iniciarmos a análise destas teorias, precisamos entender o que é um regresso, pois no nosso estudo veremos alguns tipos desse fato. Um regresso ao infinito é uma série de elementos, ou argumentos, ou explicações que não têm fim. Duas situações conhecidas que demonstram um regresso ao infinito é o regresso da causa e o uso do operador '*É verdade que*'. No exemplo do regresso da causa a série inicia-se quando segue-se o princípio da causalidade. Este princípio defende que tudo tem uma causa, desta forma, um determinado evento, por exemplo E_1 , foi causado por outro evento, no caso, E_2 , este evento E_2 , foi causado por outro evento, E_3 , e assim sucessivamente sem fim. O exemplo do regresso ao infinito com o operador de '*É verdade que*' acontece quando o atribuímos a uma determinada frase F , e segue-se gerando uma frase diferente de F . F , *É verdade que F* , *É verdade que é verdade que F* , *É verdade que é verdade que é verdade que F* ao infinito. (Branquinho; Imaguire, 2013, p. 4)

Da análise das possíveis soluções ao problema dos universais, surgem dois tipos de regresso. O regresso de objetos e o regresso de relações. Vamos analisar o nominalismo de predicado para entender melhor esses regressos. Primeiro o regresso de objeto. Temos o particular a que cai em um predicado F . O a é um particular que podemos denominar de token, o predicado F podemos denominar de tipo, pois ele engloba além desse a específico, outros tokens. *Tipo e token* é uma distinção utilizada para facilitar a compreensão da diferença entre particular e universal, ao associarmos que um token é uma ocorrência de um tipo, representamos que um particular é a instanciação de um determinado universal, por exemplo o universal *vermelhidão*.

Mas para a teoria nominalista deve-se ter só os tokens, no caso, só particulares. Desta forma, para sair dessa situação, o nominalismo de predicado precisa analisar o token caindo em um novo predicado ' F '. Contudo, esse novo predicado ' F ' também é um tipo, desta forma deve-se novamente o token cair em outro predicado, para que se possa retirar o tipo e restar apenas tokens (particulares). Seguindo o raciocínio, o token a cai no novo predicado

‘(‘F’)', no entanto, mais uma vez esse novo predicado é um tipo, continuamos com a análise caindo em um novo predicado ‘(‘(‘F’))’'. Essa análise segue sem fim e temos um regresso de objetos (Armstrong, 1974, p. 193).

Agora vamos explicar como ocorre o regresso de relação continuando com a análise do nominalismo de predicado. Ao analisarmos *a* caindo sob o predicado ‘F’, encontramos um tipo de relação “cair sob”, que pode ser completada com o par ordenado $\langle a, 'F' \rangle$, na qual o primeiro elemento é o particular *a*, e o segundo elemento é o predicado ‘F’. Porém, como já mencionado, tipo não é um particular (token), desta forma é necessário que $\langle a, 'F' \rangle$ caia sob ‘caindo sob’. Essa relação do par ordenado $\langle a, 'F' \rangle$ com a relação ‘caindo sob’ pode ser expressa da seguinte maneira, $\langle \langle a, 'F' \rangle, 'caindo sob' \rangle$. Agora temos um par ordenado constituído pelo par ordenado $\langle a, 'F' \rangle$ e a relação ‘caindo sob’, no entanto, essa relação continua sendo um tipo de predicado, necessitando-se novamente de análise caindo em uma nova relação, $\langle \langle \langle a, 'F' \rangle, 'caindo sob' \rangle, 'caindo sob' \rangle$ e essa queda não terá fim.

A alternativa é dizer que o par ordenado *a* e ‘F’ se enquadra em ‘estar sob’ exatamente no mesmo sentido em que *a* se enquadra em ‘F’. Mas não parece que isso também resolva a situação. Estar sob continua sendo um tipo de relação e, portanto, $\langle a, 'F' \rangle$ se enquadra em ‘Estar sob’ deve ser expandido para $\langle \langle a, 'F' \rangle, 'estar sob' \rangle$ se enquadra em “estar sob”. Mas essa expansão ainda envolve o uso da noção de tipo não analisada de estar sob, e, portanto, requer expansão *ad infinitum*. O Nominalista de Predicados nunca consegue se livrar da noção de estar sob de sua análise. (Armstrong, 1974, p. 194, tradução nossa)

O nominalista de predicado não resolve o problema, postergando-o para mais adiante e, dessa forma ocasiona uma regressão viciosa. A tentativa do nominalista de predicado de resumir tipos a outros tipos, não resolve nada, pelo contrário, gera uma regressão, que ele considera viciosa. A viciosidade da regressão acontece, pois ela segue sentido da direita na análise, e mesmo que o nominalista de predicado possa argumentar que não é uma regressão viciosa, continua sendo uma alternativa antieconômica ontologicamente. (Armstrong, 1974, p. 194).

Considere a teoria realista. Devido à natureza própria do universal, na análise realista para solução ao problema dos universais, não se aplica o argumento de *regresso de objetos*. Isso acontece pois o universal possui como característica fundamental ser

compartilhável. Como esse compartilhamento não necessita de uma nova entidade, logo, não temos por que ter um regresso de objeto. No entanto, como *a* participa da Forma F, e tratando participação como relação, toda participação participa da Forma participação, novas relações de participação aparecerão, efetivando assim o regresso de relação. Diferente do regresso de objeto que é gerado quando procuramos saber o que constitui um determinado objeto, no regresso de relação a questão é saber como as entidades constituintes dos objetos se relacionam de tal forma que constituem o objeto analisado. Por esse fato, a relação de participação gera um regresso de relação pois necessita-se de uma nova participação na forma F para que se justifique a participação anterior e assim sucessivamente ao infinito (Armstrong, 1974, p. 197).

Encontramos outro argumento contra o realismo, desta vez contra o realismo platônico. Estamos falando do argumento do Terceiro Homem, criado para combater a Teoria das Formas. Esse argumento diz que cada F é F, pois participa da Forma de F, sendo essa diferente dos particulares. Porém, se a Forma de F também é um F, aplicando o mesmo princípio é criada a necessidade de uma segunda Forma F, diferente dos particulares e da Forma F inicial, e assim por diante. Armstrong (1974, p. 198) tem o regresso do Terceiro Homem como frágil, pois este necessita da suposição da auto-predicação, no caso, que a Forma de F é um F. Além disso, é restrita a um tipo de Realismo. Existe o argumento do Terceiro Homem Restrito que é mais consistente que o Terceiro Homem comum. Podemos descrever o restrito do seguinte modo: as Formas possuem algo em comum, todas são Formas. Disso retiramos a Formalidade que está em todas as Formas. Porém, a Formalidade também é uma Forma, que precisa ter uma nova forma comum com a forma anterior, e assim ao infinito. Nesse argumento vemos que a auto-predicação se consolida em todas as análises relacionais segundo Armstrong (1974, p. 199).

De acordo com Armstrong (1974, p. 194), o regresso de objetos e de relação é encontrado de forma semelhante na análise de conceito. Já no Nominalismo de classe, para que o argumento do regresso de objetos seja aplicado, a classe de F deve ser tratada como um tipo de coisa. Desta forma, devemos achar a classe da classe dos F, sendo esta classe, na qual o membro é a classe dos Fs. No entanto, Armstrong nos informa que para existir um tipo deve haver mais de um símbolo deste tipo, o que não acontece no caso da classe. Sendo assim, a classe é um particular ‘abstrato’ e o regresso de objetos não se aplica.

No entanto, para Armstrong (1974, p. 195), o argumento de regressão de relação é visto no Nominalismo de classe. Sendo a um membro da classe F , encontramos um tipo de relação, que neste caso é a relação de ‘pertencer a’. Esta relação de pertencimento a uma classe pode ser representada pelo par ordenado $\langle a, \text{classe de } F \rangle$. No entanto, este par ordenado também sendo membro da classe de todos os pares ordenados, na qual, o primeiro elemento dos pares ordenados é um objeto que possui propriedade e o segundo uma classe de objetos que possui essa tal propriedade. Podemos nos perguntar se essa relação é diferente da de primeira ordem, no caso, a um membro da classe F , ou é igual. Se for igual, a análise permanece a mesma, exigindo sempre a concepção de associação de classe. Porém, se a relação for diferente, temos um regresso ao infinito que procura um tipo de relação não analisada.

Além desses argumentos, Russell (1974, p. 109) apresenta o argumento de Russell contra a análise de semelhança. Para este, a análise de semelhança cai devido sua necessidade em estabelecer um particular, na qual os outros irão se assemelhar de pares de particulares, como pré-requisito para estabelecer a semelhança. Sendo que, essa semelhança de particulares, nada mais é do que um Universal. E mesmo que o defensor da análise de semelhança argumente que a semelhança de um par para outro difere, eles são obrigados a aceitar que essas semelhanças se assemelham, e essa nova semelhança mais uma vez prova a existência do Universal. Caso contrário, o defensor da semelhança cairá em um regresso.

No Nominalismo de Semelhança a regressão de objeto ocorre quando tentamos explicar o que torna algo F . Um objeto é F porque se assemelha a um conjunto de paradigmas. De acordo com Armstrong, se dissermos que os paradigmas são F porque se parecem entre si, isso exige um novo conjunto de paradigmas para explicar a semelhança entre os primeiros paradigmas, e assim por diante, gerando um regresso infinito. Segundo Armstrong (1974, p. 195), o regresso é evitado encontrando a propriedade F de um objeto paradigmático, no caso sua F -dade. Essa é detectada na semelhança adequada desse objeto com todo membro de outra classe de objetos paradigmáticos. No entanto, temos uma desvantagem, a F -dade de paradigma F parece diferir da F -dade de um não-paradigma F . Mas apesar dessa desvantagem o regresso de objetos é bloqueado.

No entanto, temos um regresso de relação, pois a semelhança proveniente de um objeto e o paradigma é uma relação. Sendo que essa relação se assemelha com um paradigma

de semelhança, estabelecendo uma nova relação, essa última relação também se assemelha com outro paradigma de semelhança, gerando uma nova relação e assim sucessivamente. Os nominalistas de semelhança respondem a esse regresso de relação, explicando que cada relação envolve outra relação de ordem superior, e que esse regresso não é vicioso, pois cada nível de semelhança é explicado pelo outro. Como bom realista, Armstrong não aceita tal solução. Ele afirma que o nominalista substitui a propriedade original por um novo tipo que é uma relação de semelhança. O nominalista também precisa explicar essa nova relação, e na tentativa de remover a relação de semelhança cria-se uma nova relação de semelhança criando infinitas relações de semelhança que precisam fazer parte da realidade (Armstrong, 1974, p. 196).

Observamos neste capítulo que os nominalismos de predicado e conceito, não conseguem fugir aos regressos de objeto e relação. Contudo, o nominalismo de classe escapa do regresso de objeto, mas cai no regresso de relação. Acontece o mesmo com o nominalismo de semelhança que não consegue justificar de forma satisfatória as relações provenientes da análise e cai no regresso de relação.

3 TEORIA DE TROPOS

Esse capítulo pretende explicar o que seria a teoria de tropos, e como a metarrelação de semelhança exata trata o problema dos universais. Inicialmente explicaremos o conceito de Tropos, como sendo a única categoria necessária para descrever a realidade. Em seguida, mostraremos características fundamentais dos Tropos, que são: particularidade, o tropo é um particular, único, individual, incompartilhável e singular; é simples, desta forma, não é constituído por entidades, primitivo; e abstrato, representa uma parte qualitativa do objeto completo, no entanto, é objetivo sem depender de nenhum ato mental. O capítulo continua com a apresentação do problema dos universais, que é a dificuldade em dizer o que é aquela propriedade que aparece em diversos objetos, por exemplo, a cor vermelha. E a solução não realista para esse problema, que é a semelhança exata.

3.1 O que é um tropo?

Estabelecer o conceito de tropo não é tarefa fácil, pois a complexidade que tal conceito engloba e a tradição das teorias às quais ela se opõe tornam tal empreitada de nível elevado de dificuldade. A filósofa Maurin (2002, p. 8-9) de forma objetiva afirma que o tropo tem como características ser incompartilhável, singular e se ligar à instância específica. Por esse motivo é corriqueiro chamá-lo (o tropo) de “propriedade particular”. A abstração de um tropo é dificultada de se compreender devido ao costume de se atribuir tal característica, no caso, abstração, aos universais. Outra característica também complicada de se entender é sua simplicidade. Um tropo é simplesmente um tropo, ele não é constituído de outra entidade, ele é o “tijolo do universo”. A particularidade do tropo pode ser entendida quando o tropo ocupa um determinado local no espaço-tempo. Contudo, essa particularidade não depende desse local espaço-temporal. O tropo ocupa esse local por causa de sua natureza, primitivamente. E essa ocupação espaço-temporal acontece concomitantemente com outros tropos constituintes do objeto (Maurin, 2002, p. 9-10).

Podemos utilizar um exemplo com base no filósofo Williams, para que o conceito de tropo seja mais fácil de entender. Suponhamos que existem três picolés, nomearemos de

pcl1, pcl2 e pcl3. Esses três picolés possuem formas, cores e sabores, alguns diferentes outros semelhantes entre eles. Nomearemos as formas dos picolés de f1, f2 e f3 respectivamente a pcl1, pcl2 e pcl3. Denominaremos suas cores de c1, c2 e c3, do mesmo jeito que as formas, respectivamente a pcl1, pcl2 e pcl3. E por fim s1, s2 e s3 os sabores dos picolés respectivos, pcl1, pcl2 e pcl3. Não podemos esquecer dos palitos dos picolés, que são plt1, plt2 e plt3, seguindo o processo, esses palitos correspondem respectivamente à pcl1, pcl2 e pcl3. A forma f1 é exatamente semelhante à forma f3, ambas estão no formato de triângulo. Contudo, f2 tem o formato de um retângulo. A cor do pcl1, no caso c1, é da cor vermelha, ela se assemelha exatamente com a cor do pcl2, neste caso, c2. O sabor de pcl2, o s2, é de chocolate, ele difere do sabor de pcl1, o s1, que é de baunilha, porém se assemelha com o s3, que é o sabor do pcl3. Os palitos plt1, plt2 e plt3 são semelhantes, todos têm aproximadamente 10cm de comprimento por 1cm de espessura. No entanto, plt1, c1, s1, f1 coincidem no mesmo espaço tempo. O mesmo acontece com plt2, c2, s2 e f2. E plt3, c3, s3 e f3, e juntos constituem respectivamente pcl1, pcl2 e pcl3 (Williams, 2006, p. 4-6).

Por mais que tenhamos a semelhança exata entre f1 e f3, não precisamos admitir que exista o universal *Triangularidade* instanciado em ambas as formas dos picolés pcl1 e pcl3. O que realmente existe é a específica forma triangular f1, e a específica forma triangular f2. Do mesmo modo, não podemos admitir a existência do universal referente à propriedade *ser chocolate*, pois o que de fato existe é o sabor chocolate específico s2 e o específico sabor chocolate s3, simples, particular e incompartilhável. Esta análise também procede para as cores, temos de fato a cor c1 vermelha, não a entidade compartilhável que se instancia em c1, no caso, o universal *Vermelhidão*. É importante ressaltar que com esse exemplo, Williams estabelece uma alternativa consistente para ficar no lugar da teoria clássica que aceita os universais, no caso, a teoria de tropos. O filósofo de “Dos elementos do ser”, a partir dessa teoria, estabelece que um objeto concreto e suas propriedades nada mais são que uma soma de tropos que se relacionam pelas relações de coincidência e semelhança. Deste modo, exclui-se a necessidade de aceitar entidades ontologicamente antieconômicas e confusas como são os universais (Williams, 2006, p. 9-10).

Outra definição interessante de se analisar é a do filósofo Keith Campbell (1990). Para ele, os tropos são as entidades fundamentais da estrutura da realidade. Diferente de teorias ontológicas que pressupõe mais de uma categoria para descrever o universo, a teoria de tropos, uma teoria mono-categorial, explica de forma mais clara e econômica, com relação

a teorias duo-categorial. Um exemplo de teoria duo-categorial é a teoria aristotélica, que defende a existência de substâncias e propriedades, no caso, de particulares concretos e universais. Campbell (1990, p. 7-17) expõe alguns pontos críticos dessa teoria aristotélica. A questão de definir um substrato para que as propriedades tornem-se inerente a ele; a dificuldade em estabelecer a identidade dos universais já que eles são compartilháveis; o obstáculo do regresso ao infinito na relação entre substância e propriedade ou particular e universal; e a complicação em explicar como acontece a mudança persistindo a enigmática identidade dos objetos.

3.1.1 Particularidade

A particularidade é algo primitivo dos tropos, segundo Anna-Sofia Maurin (2002, p. 16). Para ela, os tropos independem de localização espaço-temporal para estabelecer sua individualidade. A particularidade de um tropo é própria dele, por natureza diferenciando-se dos outros tropos. A posição dos tropos, para Maurin, é posterior à sua particularidade. Primeiro temos o tropo, individual, particular. Depois temos sua posição espaço-temporal. Anna-Sofia Maurin argumenta que, mesmo sendo dois tropos semelhantes qualitativamente, é fundamental de cada tropo ser particular. Isso, no caso, o fato da particularidade do tropo ser algo fundamental de todo tropo, garante que cada ocorrência qualitativa seja única.

Para Keith Campbell, a particularidade dos tropos é o que os distingue dos universais, já que esses podem ser repetíveis, compartilháveis e estarem em vários lugares ao mesmo tempo. O tropo é irrepetível, incompartilhável e não está em vários lugares. O tom amarelo de uma laranja é único, particular e diferente do tom amarelo de outra laranja. Desta forma, para Campbell, a particularidade sendo inerente a cada tropo, a semelhança dos tropos não necessita de nenhuma participação em universal. O que há é apenas uma relação de semelhança entre particulares, no caso, tropos.

Williams afirma que a particularidade dos tropos é um traço que os torna “um indivíduo singular”. Para o autor dos “Dos elementos do ser” cada tropo é uma particular individual de uma qualidade, porém numericamente diferente de qualquer outro tropo, mesmo que possuam a mesma natureza qualitativa (Williams, 2006, p. 7). Williams defende que é possível que dois tropos sejam iguais qualitativamente, mas nunca idênticos numericamente. Essa característica, distinção numérica, é primitiva nos tropos. Segundo Williams a

particularidade dos tropos não necessita de nenhuma entidade como, por exemplo, tempo, espaço ou substância. E os tropos, por serem particulares, é possível descrever a multiplicidade de fenômenos sem recorrer a universais (Williams, 2006, p. 6). Williams considera a particularidade dos tropos o que o torna único e individual, denominando-os uma ocorrência singular de um traço qualitativo. (Williams, 2006, p. 5)

3.1.2 Abstração

O termo ‘abstrato’ é a causa de muitos mal-entendidos com relação à teoria de tropos, afirma Maurin (2002). Ela esclarece que o termo não está relacionado com sentido platônico de abstrato, que no caso, seria uma transcendência do mundo concreto. Os tropos, ressalta Anna-Sofia, estão no espaço-tempo, representam uma instância qualitativa, não um objeto completo. Maurin segue Campbell e Williams os tropos possuem uma abstração que se refere a fino ou sutil da coisa, por exemplo o formato e os tons de cores, divergindo de suas partes grossas como corpo do objeto. Desta forma, o abstrato dos tropos os caracteriza uma parte parcial do objeto completo, ele não é um objeto completo de modo autônomo. No entanto, Anna-Sofia Maurin enfatiza que a abstração dos tropos não depende de nenhum ato mental, eles são entidades objetivas, qualidades individualizadas. Campbell denomina os tropos de particulares abstratos, justamente por se diferenciarem dos universais, sendo particulares e abstratos devido ao fato de não determinarem o objeto por completo. O tropo é abstrato por não ser capaz de sozinho estabelecer a completude de um objeto por inteiro, ele é aquilo que junto de outros tropos consegue constituir o objeto por completo (Campbell, 1990, p. 44). E a abstração está principalmente em o tropo estabelecer uma das diversas dimensões que é um objeto, por exemplo, sua textura.

Por exemplo, um pirulito, p1, possui palito, sabor, cor, e forma. Esse pirulito tem tropos de cor, forma e sabor, esses comparados aos tropos do palito são mais abstratos, pois eles são mais sutis de serem percebidos, no entanto, não devemos esquecer, que quando falamos em percepção não estamos estabelecendo uma relação de dependência entre a percepção e os tropos de cor, sabor e forma. Esses tropos independem de qualquer ato mental para existirem, são entidades objetivas. Contudo, são mais sutis com relação ao palito do pirulito, que podemos dizer ser mais concreto. Desta forma, entendemos que a realidade

possui espectro que varia do mais sutil como cor, sabor e forma para algo mais concreto como o palito de um pirulito (Williams, 2006, p. 6-7).

3.1.3 Simplicidade

Segundo Williams (2006, p. 7), em seu artigo “Dos elementos do ser” a simplicidade dos tropos está em que essa categoria, não é formada por outro tipo de categoria. Os tropos são as entidades fundamentais de constituição do mundo, isso não quer dizer que não exista relações ou extensão, contudo, essas são formadas apenas por tropos, sem a necessidade de algum substrato ou universal. Desta forma, justifica-se Williams denominar os tropos o “alfabeto do ser” (Williams, 2006, p. 7). Pois não existe uma relação entre substância e propriedades, mas apenas os tropos.

Anna-Sofia Maurin (2002, p. 12-15) ressalta que apesar dos tropos possuírem localização e propriedades isso não implica que eles sejam compostos por outras entidades. Sua natureza qualitativa e individualidade não se separaram, por exemplo, em substrato e propriedades, tal como teorias realistas argumentam que são constituídos as coisas. Maurin ainda sustenta a importância em se compreender a simplicidade dos tropos, pois tal característica é fundamental para que se diferencie a teoria de tropos de outras teorias como os “estado de coisas”. Já que, neste caso, o estado de coisas é constituído por um substrato e universal, não tendo, desta forma, a simplicidade dos tropos, que não são constituídos por outros tipos de categoria ontológica. Sendo desnecessário entidades mais primitivas, pois o tropo é primitivo, fundamental.

Keith Campbell argumenta que o tropo não é um conjunto de diferentes elementos, ele é indivisível, simples. A simplicidade dos tropos está na impossibilidade de encontrar partes internas que possam constituir um tropo. Quando, por exemplo, temos a cor branca de uma cama, há apenas a cor branca naquela região do espaço-tempo. Diferente de um objeto físico que é constituído por aglomerado de tropos, o tropo em contrapartida é o elemento final, não existe possibilidade de redução a outro elemento. Campbell (1990, p. 29) explica que o tropo é “a unidade mínima de qualidade concreta”. Desta maneira, os tropos são os tijolos que fundamentam a realidade, na qual as demais estruturas ontológicas se sustentam.

3.2 A metarrelação da semelhança exata e o problema dos universais

Campbell, em seu livro “Abstract Particulars” (1990), concebe o problema dos universais como sendo a procura de se entender como acontece a semelhança entre dois objetos, ele defende a teoria de tropos como a solução mais consistente para tal problema. Campbell apresenta teorias que contrapõe á teoria de tropos para mostrar a maior capacidade resolutive da teoria de tropos diante das teorias rivais. Uma teoria oposta aos tropos que Campbell nos mostra é a teoria realista que aceita os universais, e que esses possuem características que respondem à semelhança entre dois objetos. No caso, dois objetos possuem características semelhantes por instanciarem o mesmo universal, essa entidade repetível e compartilhável.

Campbell analisa o problema dos universais, distinguindo entre duas questões. Uma delas seria A: “Qual o motivo desse objeto ser vermelho?”, a outra questão é B: “O que leva a esses dois objetos a serem vermelhos?”. Em um ponto de vista realista, a solução para as duas questões seria que os objetos compartilham do mesmo universal, no caso, *Vermelhidão*. No entanto, Campbell contesta, com a teoria de tropos. O que acontece é que temos um tropo de vermelho, como solução a questão A, e para responder a questão B Keith Campbell argumenta que os dois objetos têm tropos de vermelho exatamente semelhantes, porém únicos.

Campbell explica que a semelhança é encontrada em uma infinidade de situações, na questão das propriedades não é diferente. Quando dois objetos são vermelhos, o que acontece é a semelhança entre os tropos de cada objeto. No entanto, cada objeto possui o seu próprio e específico tropo vermelho. Por essa maneira, Campbell argumenta que podemos denominar cada tropo de cor (no caso, vermelho) de tokens de tipo natural. Os dois objetos possuem dois tokens do tipo natural cor (Campbell, 1990, p. 30-31). Campbell argumenta que o teórico de tropos deve se manter firme na afirmação de que o que existe são tropos em questões que sugestionam algo além de tropos como:

Teorias da semelhança tem de cuidar de questões que elas aceitam. Para a questão: qual é a natureza comum em duas coisas semelhantes? Eles são obrigados a replicar: eles possuem nenhuma natureza comum, apenas semelhança. Para a questão: em virtude do que dois objetos compartilham uma mesma propriedade? A réplica deve

ser: há nenhum compartilhamento, exceto associação em um tipo natural, que não é um universal mas uma coleção de tropos. Para o impulso: mas você deve conceder que há algo mesmo sobre esses dois objetos? A réplica deve ser: não há nenhum item numericamente idêntico presente em ambos. As similaridades entre os objetos criam uma ilusão de um aspecto genuinamente comum (Campbell, 1990, p. 31-32, tradução nossa).

Um problema para a Teoria de Tropos, que Campbell nos mostra, é que a semelhança entre tropos recai em um regresso ao infinito com grandes possibilidades de ser vicioso ou, no mínimo, não econômico. Campbell argumenta que isso acontece devido à necessidade do teórico de tropos sempre afirmar que a semelhança entre os tropos é um novo tropo.

Outro ataque que a teoria de tropos sofre é do grande filósofo, lógico e matemático Bertrand Russell (1974). Quando o teórico de tropos aceita que há semelhança entre tropos, concomitantemente deve aceitar a existência de universais, pois essa semelhança entre dois tropos nada mais é do que um universal de semelhança compartilhado entre os tropos. Campbell defende-se afirmando que essa semelhança entre esses tropos não é algo em comum entre eles, mas dois tropos distintos de semelhança, dois particulares.

Campbell argumenta que na teoria de tropos não há necessidade de criar entidades para explicar as semelhanças entre tropos, como por exemplo, os universais. Pois tal semelhança acontece devido à natureza dos tropos.

Quanto à crítica de que a semelhança entre tropos cai em um regresso ao infinito, temos uma defesa minuciosa feita pela filósofa sueca Anna-Sofia Maurin. Em seu processo argumentativo, ela nos apresenta as duas principais acusações feitas, onde o regresso é algo tido como defeito da teoria. Uma delas é a explicada por Bertrand Russell, que julga o nominalismo de semelhança. O matemático sustenta que se existe a necessidade de dois objetos o_1 e o_2 compartilharem da semelhança de serem vermelhos, a própria relação de semelhança s_0 exige uma nova relação s_1 para ser explicada, em seguida, precisa-se de uma nova relação de semelhança entre s_0 e s_1 , no caso, s_2 , para que se explica a semelhança entre s_0 e s_1 , e assim *ad infinitum*. Russell não aceita a existência de um regresso em uma teoria consistente, neste caso, o nominalismo de semelhança. Tal crítica também recai na teoria de tropos, devido à necessidade de semelhança exata entre os tropos. Temos dois tropos T_1 e T_2 que se assemelham exatamente pela relação Se_0 , no entanto, exige-se uma nova relação, ou

um novo tropo de relação Se1, para justificar a semelhança entre Se0 e T1, em seguida, precisa-se do Se2 para explicar a relação entre Se1 e Se0, e assim sucessivamente ao infinito.

Maurin em sua resposta à crítica de Russell, constrói um entendimento diferente sobre os regressos ao infinito. A filósofa afirma que o aparecimento de um regresso ao infinito em uma teoria não a considera, defeituosa ou insuficiente. Em outras palavras, não considera o regresso um problema. Contudo, ela nos adverte que a viciosidade ou virtuosidade de um regresso é o que estabelece se a teoria é insatisfatória, como diria Russell. O regresso virtuoso seria aquele, segundo a autora, que justifica de forma consistente o motivo daquele regresso existir no contexto explicativo da teoria. E um regresso vicioso, seria aquele que atrapalha a explicação da teoria na qual esse regresso faz parte. Maurin define um regresso como constituído por uma fórmula de regresso, no caso, aquilo que se repete infinitamente, e um gatilho, o que dá origem ao regresso ao infinito. Estabelecido, a definição dela, vamos ver como ela analisa a virtuosidade ou viscosidade desse regresso.

Para fazer análise da virtuosidade ou viciosidade do regresso, Maurin afirma que são possíveis por três vias. A primeira via é a fundacional, nesta situação o regresso já nasce vicioso, pois o erro, quer seja uma contradição ou impossibilidade lógica, está no gatilho, no que origina o regresso. Este é apenas uma continuação do defeito.

Um possível exemplo de regressão infinita desse tipo é a regressão infinita das Formas de Platão (pelo menos em uma interpretação dela).¹⁰ Que uma regressão infinita derivada de uma posição inconsistente deva ser considerada viciosa é trivial – pois, claramente, uma regressão infinita gerada a partir de uma posição contraditória é um sinal muito seguro de que a posição em questão deve ser rejeitada. O que a torna um sinal tão seguro, no entanto, não parece ser a regressão gerada – a regressão é antes um sintoma de uma doença subjacente. É porque a teoria é inconsistente, e não porque uma regressão infinita pode ser gerada a partir dela, que a posição deve ser rejeitada (Maurin, 2002, p. 8-9, tradução nossa).

A segunda via seria analisar se um regresso é vicioso pela impossibilidade da existência de objetos infinitos. Seria no mínimo uma contradição lógica ou não seria uma teoria com parcimônia. Maurin contesta tal via pois há descobertas matemáticas, principalmente através de contribuições do matemático Georg Cantor, que eliminam essa impossibilidade de se trabalhar com infinitos, quer seja na matemática quer seja na ontologia. No entanto, essa discussão sobre a existência de infinitos é refletida desde o período antigo da

filosofia, segundo Maurin, Aristóteles considerava impossível a existência de infinito atual, porém possível a existência de infinito potencial.

Ele argumentou que a existência de um infinito atual é impossível porque implica a existência de algo com partes próprias do mesmo tamanho que o todo ao qual pertencem, e nada pode ter partes do mesmo tamanho que o todo ao qual pertencem, porque isso contraria o princípio axiomático euclidiano de que o todo deve ser maior que suas partes próprias. Alguns infinitos são possíveis, admite Aristóteles. O infinito possível ele chama de potencial (em termos medievais: sincategoremático). (Maurin, 2002, p. 11, tradução nossa)

E na questão da parcimônia, Maurin sustenta que a onerosidade criada pelo regresso é aceitável desde que justifique de forma consistente a teoria. Neste caso, o foco seria saber se as entidades envolvidas são necessárias ou não. Todavia, para Maurin, contanto que as entidades justifiquem o seu gatilho, ela não vê mal nisso. E considera esse método da parcimônia ineficaz para decidir se o regresso é vicioso ou não. (Maurin, 2002, p. 16-17)

A terceira via que Maurin utiliza para estabelecer a viciosidade de um regresso, a via procedimental. Nesta via o que interessa é o sentido da relação de dependência entre os elementos constituintes desse regresso. Como essa via se concebe? Vamos apresentar um exemplo que surge de uma relação causal. O gatilho desse regresso é *A*. *A* causa *B*, *B* causa *C*, *C* causa *D* e assim sucessivamente ao infinito. Esse regresso será vicioso se para que *A* aconteça, é preciso de *B*, e para que *B* aconteça, é preciso de *C*, e para que *C* aconteça, é preciso de *D*... Aqui temos um exemplo de um regresso vicioso, percebe-se que o elemento iniciador do regresso, no caso *A*, necessita do elemento posterior, no caso *B*, e assim sucessivamente. O sentido de dependência dos elementos vai do elemento posterior ao elemento originador do regresso. Utilizando-se do mesmo exemplo para demonstrar como seria um regresso virtuoso, suponhamos o gatilho *A*, *A* causa *B*, *B* causa *C*, *C* causa *D* *ad infinitum*. Neste caso, o elemento originador do regresso, no caso *A*, não precisa do elemento posterior, no caso *B*, para que ele aconteça. Contudo, *B* precisa que *A* aconteça para sua existência, e *C* precisa de *B* para que aconteça, e *D* precisa de *C* para que aconteça. Observamos que o sentido é invertido, se comparado ao exemplo em que o regresso é vicioso. Os elementos posteriores precisam dos elementos anteriores para que eles existam, não o contrário.

É através dessa perspectiva que Maurin defende a teoria de tropos da crítica de Russell ao nominalismo de semelhança. Neste, o regresso é vicioso pois para que o gatilho exista ele necessita do passo seguinte no regresso. Isso acontece porque dois objetos são semelhantes (de acordo com o nominalismo de semelhança) quando eles pertencem a uma classe de objetos semelhantes. A semelhança depende da classe para que exista. No caso da teoria de tropos, os tropos pertencem à classe de tropos semelhantes porque é da natureza de cada tropo ser semelhante. Os tropos não dependem da classe para que a semelhança aconteça, é algo primitivo, próprio dos tropos. Desta forma, analisando o sentido do regresso, percebemos, segundo Maurin, que o regresso no nominalismo de semelhança é vicioso, devido a dependência dos objetos da classe. No entanto, o regresso na teoria de tropos é virtuoso, pois os tropos não dependem da classe de tropos para que ocorra a semelhança. Os tropos e a semelhança (que também é um tropo) são assim por suas próprias naturezas (Maurin, 2002, p. 22-23).

Constatamos neste capítulo as características fundamentais dos tropos que os diferenciam dos universais. No caso, sua particularidade, simplicidade e abstração. Também concluímos que a necessidade de universais é excluída ao percebermos que a metarrelação de semelhança exata entre tropos é suficiente para explicar as semelhança destes. E que o regresso que surge dessa metarrelação não é um problema contanto que o analisemos (o regresso) para sabermos sobre viciosidade ou virtuosidade.

4 O PROBLEMA DA SUBSTÂNCIA E O REGRESSO DE BRADLEY

O seguinte capítulo será responsável por abordar dois problemas importantes a serem analisados pela teoria de Tropos, para que esse possa se tornar mais consistente em sua defesa de um única categoria necessária por constituir a realidade, no caso, a categoria de Tropo. O primeiro obstáculo é o problema da substância, que questiona o que de fato é uma coisa, os teóricos de tropos sentem dificuldades em estabelecer esse conceito pois ao estabelecer opções explicativas do que seria uma coisa na perspectiva da teoria de tropos, surge o segundo problema que analisaremos neste capítulo, o regresso de Bradley. Esse regresso aparece pois nas alternativas que os teóricos de Tropos sugerem de como uma coisa se constitui de Tropos, as relações que são usadas para estabelecer uma coesão entre os tropos e assim formar uma coisa cai em um regresso conhecido como regresso de Bradley. Bradley, defende que relações não existem, ele apresenta três argumentos, que já foram abordados neste trabalho.

4.1 O Problema da Substância

Alvorado questiona o que seria realmente um particular. A partir dessa dúvida o autor de *A Metaphysics of Platonic Universals and their Instantiations* analisa duas formas de se definir um particular. A primeira é denominada de teoria do substrato e a segunda de teoria de feixes (Alvorado, 2020, p. 263). Segundo Alvorado, a teoria do substrato afirma que os objetos são constituídos por propriedades e um substrato, este é responsável por manter a identidade numérica do particular. Por exemplo, se temos uma porta amarela e a pintamos de cinza, houve a mudança da propriedade cor, contudo temos ainda a mesma porta pois existe o substrato que garante sua identidade. Porém, apesar de muito atraente essa teoria, o metafísico apresenta os problemas desta teoria. São eles, primeiro, a dificuldade em tornar essa entidade, no caso, o substrato, inteligível. Utilizando-se novamente da porta, suponhamos que a porta perca todas as suas propriedades, o formato de porta, sua solidez, sua cor, enfim, todas as propriedades. Como caracterizamos o que resta, neste caso, o substrato? Como estabelecer algo sem propriedades? Se pensarmos em atribuir a propriedade de pelo menos, “ser

substrato”, tal propriedade, no caso, “ser substrato” se apoia em quê para ter sua identidade garantida? (Alvorado, 2020, p. 270).

O segundo obstáculo da teoria de substrato está, de acordo com Alvorado, na redundância ontológica. O substrato apenas tem a função de servir de suporte para as propriedades. São estas as responsáveis pelas relações causais que observamos nos objetos. Se empurrarmos uma porta, estamos imediatamente empurrando sua propriedade de solidez, não o substrato. Então, por que postular uma entidade obscura como é o substrato que não tem outra função a não ser a de sustentar as propriedades que constituem os objetos? A parcimônia ontológica, segundo Alvorado está sendo infringida (Alvorado, 2020, p. 272). A terceira dificuldade que a teoria do substrato enfrenta aparece em explicar como algo sem nenhuma propriedade é possível de sustentar propriedades? Esta conexão oculta impede uma defesa da teoria, de acordo com Alvorado (2020, p. 275).

A outra teoria que tenta definir um particular, é a teoria de feixes. Afirma que um objeto, nada mais é do que suas propriedades. Uma porta é sua altura, seu formato, sua cor, sua solidez, etc. Não precisa de uma entidade incognoscível como o substrato para a constituição dos particulares. No entanto, essa alternativa também enfrenta dificuldades. A primeira delas é o problema da individuação. Suponhamos que temos duas mesas, elas têm as mesmas dimensões, mesma cor, mesma solidez. Elas seriam constituídas por um feixe de propriedades, se essas propriedades fossem universais, como saberíamos se realmente temos duas mesas já que essas propriedades sendo universais, elas são compartilháveis e repetíveis, então teríamos o mesmo feixe. Desta forma, nos encontramos com uma mesa e não com duas. Contudo, nossos sentidos nos informam que há duas mesas. Esse resultado é inaceitável. Se, no entanto, o que temos é feixes de tropos ou, em outras palavras, propriedades particularizadas, teríamos o resultado que nossos sentidos nos mostram. Haverá duas mesas, cada uma com seu específico tropo de altura, específico tropo de cor, e específico tropo de solidez. Apesar de evitarmos o resultado contraditório se considerássemos os feixes de universais, o teórico de tropos cai em outro problema. Como explicar a coesão desses feixes de tropos? (Alvorado, 2020, p. 276-278).

A segunda dificuldade encontrada pela teoria de feixes é a respeito de como responder ao questionamento sobre a unicidade do feixe. Por que esses tropos constituíram esse determinado feixe que nomeamos de mesa? Qual o elo que mantém essa unicidade do

feixe? O teórico de tropos, ao tentar explicar esse elo, pode cair em um regresso. Já que teria que gerar uma nova entidade, que segundo a teoria de tropos deve ser um tropo, pois tudo o que existe de categorias ontológicas são os tropos (Alvorado, 2020, p. 278).

A terceira dificuldade que aparece com relação às mudanças ocasionadas no decorrer do tempo é a persistência identitária do feixe (Alvorado, 2020, p. 278). Por exemplo, uma mesa é constituída por feixes de tropos, temos o tropo altura, tropo cor, o tropo “possuir quatro pernas”, entre outros. Mas se por acaso acrescentarmos mais duas pernas a essa mesa, e diminuirmos a sua altura, e mudarmos a cor? Antes a mesa₁ (denominaremos assim, para facilitar a explicação) possuía 4 pernas, agora possui 6, antes das mudanças era da cor marrom, agora é vermelha, antes tinha um metro e quarenta centímetros de altura, agora possui um metro e trinta centímetros de altura. O que nos garante que a mesa da cor vermelha, com seis pernas, e 130cm de altura é a mesa₁? Já que não temos as propriedades, ou melhor, os tropos “possuir 4 pernas”, “ser da cor marrom”, “ter 140cm de altura”, que eram os tropos que faziam parte do feixe constitutivo da mesa₁, quando a batizamos de mesa₁?

Outro filósofo, que se preocupa com o que seria uma definição consistente de “coisa”, “objeto”, “particular concreto” é a Anna-Sofia Maurin. Mas o porquê dessa preocupação da Anna-Sofia Maurin? A autora de *If Tropes*, tem esse questionamento pois ela não concorda com alguns teóricos, como por exemplo, J. Seibt, que estabelece que as “coisas” ou “particulares concretos” corriqueiros não são analisáveis, sendo desta forma, entidades primitivas. Esta defesa vai contra o que a teoria de tropos defende, que é: as entidades mais fundamentais da existência são os tropos. Os obstáculos para argumentação da filósofa, sobre uma definição consistente de particular concreto, são inicialmente três. O primeiro deles é que para proposições como “Odilon existe” sejam verdadeiras, é necessário mais do que um conjunto, classe ou aglomerado de propriedades ou tropos. Exige-se algo completo, um particular concreto, porém, o que é um particular concreto? O primeiro problema está em garantir a verdade em proposições existenciais singulares. A segunda dificuldade está em sempre mantermos a construção do conceito de particular concreto, sob os termos da teoria de tropos. Em outras palavras, devemos ter o cuidado de não criar uma definição que necessite de outra categoria, além dos tropos. A terceira barreira a ser transposta na busca de conceito firme de particular concreto está em estabelecer de forma geral as características gerais de coisa (Maurin, 2002, p. 117-119).

Anna-Sofia analisa a teoria de substrato, ela explica que para um realista o substrato é a solução para particularizar as coisas. Do ponto de vista realista uma coisa seria o substrato e as propriedades inerentes a ele, simples assim. Contudo, Maurin nos alerta, que do ponto de vista do teórico de tropos, não é tão simples deste modo. O substrato é um “particular nu”, recebe esse nome porque não possui nenhuma propriedade, ou seja, ele é “nu” de propriedades. Com essa falta de características, outros filósofos acusam o substrato de ser incognoscível (Maurin, 2002, p. 123-125). No entanto, ele serve, segundo Maurin, para unificar as propriedades, essa união acontece pois todas as propriedades do particular concreto estão inerentes a um único e mesmo substrato (Maurin, 2002, p. 126).

Outra vantagem, da teoria de substrato citada pela Anna-Sofia Maurin é a independência externa, pois, como as propriedades do determinado particular concreto estão no mesmo e único substrato e como este é independente de outros substratos, temos como resultado a independência externa. Por exemplo, temos a Cadeira_01, constituída pelos tropos de “100cm de altura”, outro tropo de “possuir quatro pernas”, e outro tropo de “ser da cor azul”. A Cadeira_01 independe da Cadeira_02 pois, de acordo com a teoria de substrato, os tropos que constituem a Cadeira_01, como listados acima, são inerentes a um substrato distinto do substrato da Cadeira_02. (Maurin, 2002, p. 126).

E por fim, Sofia menciona como vantagem a teoria de substrato para definir o que é um particular concreto, a persistência da identidade daquele objeto, coisa ou particular concreto no decorrer do tempo. Mesmo que as propriedades, no caso da teoria de tropos, os tropos, mudem, o substrato daquele particular concreto permanece o mesmo. Por exemplo, se nossa Cadeira_01, mudar seu tropo de altura para 90cm, seu tropo de quantidade de pernas para três pernas e o seu tropo de cor para marrom, ainda continuaremos falando da Cadeira_01, por ainda continuar com o mesmo substrato. No entanto, apesar de todas essas vantagens, Anna-Sofia Maurin considera arriscado demais utilizar a teoria de substrato como definição do que seria um particular concreto. O fato da obscuridade do substrato e de ter que aceitar uma outra categoria além do tropo, torna a teoria do substrato uma opção com um custo ontológico muito alto (Maurin, 2002, p. 126).

Maurin havia estabelecido três critérios para se conceber um particular, que, recapitulando, são eles: a unidade interna, independência externa e estabilidade temporal. (Maurin, 2002, p. 120-122). Mas antes de apresentarmos os três critérios é importante definirmos a relação fundamental para constituir um particular, no caso, a relação de

copresença. Segundo Maurin a relação de copresença é “[...]a importante conexão que une todos os tropos que pertencem ao mesmo conjunto e que serve para distinguir conjuntos distintos uns dos outros,[...]” (Maurin, 2002, p. 128, tradução nossa).

Na sua análise feita da teoria de feixes com a relação de copresença, a unidade interna é alcançada devido à própria relação de copresença estabelecer a unidade dos tropos constituintes do particular. Com relação ao segundo critério, o de independência externa, Maurin também afirma que é superado tal requisito. Ela argumenta que devido à relação de copresença ser considerada uma relação externa, na qual, os termos independem existencialmente um do outro, deriva-se também a independência de um particular de outro particular para que possam existir. Suponhamos que temos bola01 e a bola02, o que garante a independência de uma com relação a outra bola é que o feixe de tropos da bola01, no caso, seu tropo de diâmetro, seu tropo de cor, seu tropo esfericidade é distinto e independente para existir, do tropo de diâmetro, cor e esfericidade constituintes do feixe de tropos da bola02, por mais que elas sejam semelhantes. Contudo, Maurin nos alerta sobre a dificuldade em alcançar o terceiro critério, no caso, da estabilidade temporal. Esse obstáculo aparece devido a necessidade de uma elucidação de como em um feixe de tropos, ou melhor, em um particular concreto, tem tropos que deixam de existir, outros surgem ou mudam de lugar. Sem essa explanação para Maurin o que teríamos é apenas tropos instantâneos, que não persistem no decorrer do tempo. (Maurin, 2002, p. 129-133).

A questão da estabilidade temporal surge quando nos perguntamos se a minha cama que eu deitei ontem à noite é a mesma cama que me deitarei hoje à noite. Por mais que pareça uma pergunta supérflua, mas se refletirmos um pouco percebemos sua importância. Ontem à noite minha cama possuía, por exemplo, um feixe de tropos que estabelecia a cor branca da cama no entanto, devido decorrer do tempo, intempéries e fatos como, minha gata Lola arranhar uma das pernas da cama, deixando as marcas de suas garras e tirando um pouco da tinta. Tenho o direito de perguntar. Essa ainda é a cama que eu me deitei ontem, da cor branca? Esse é um fato corriqueiro de mudança, podemos citar também mudanças mais drásticas, como queimar minha cama, transformando ela em um monte de cinzas. Ainda seria minha cama?

Na teoria de feixe de tropos com a relação de copresença tenta explicar o que é uma “coisa” a questão da estabilidade temporal é necessária para definir o que é um particular concreto e conseqüentemente se a cama é a mesma. Anna-Sofia segue duas linhas

investigativas para responder a pergunta se ainda é a mesma cama. A primeira é estabelecermos uma linha temporal para a coisa no qual estamos analisando. A totalidade de tempo para a coisa sendo estabelecida, no caso, a cama, seguimos com a utilização de um feixe de tropos que persiste nessa linha temporal, que denominaremos de continuantes. Esses são relacionados por relações de sobreposição espaço-temporal e conexões causais. No entanto, a filósofa nos alerta que tal linha exigiria abrimos mão do que a teoria de tropos defende, que é uma ontologia monocategorial, na qual a categoria seria unicamente os tropos. Com essa linha investigativa, teríamos que adicionar novas categorias, neste caso, os continuantes.

A outra possibilidade investigativa seria estabelecer um núcleo constituído de tropos que persiste com o tempo, e tropos que não persistem, como tropos acidentais. Nesse caso, o problema seria distinguir tropos essenciais de tropos acidentais. Apesar de haver muitas questões sobre a teoria de feixe de tropos com copresença, Maurin afirma que essa teoria é válida para podermos definir o que é uma “coisa”, ou particular concreto. Mesmo que ela possua dificuldades em explicar as mudanças das coisas e a persistência de sua identidade no decorrer do tempo. As alternativas que temos para solucionar essa situação possuem potencial explicativo, que com mais análise será resolvido.

4.2 A metarrelação da copresença e o Regresso de Bradley

O problema do regresso na metarrelação de copresença aparece com uma crítica do filósofo inglês Francis Herbert Bradley, principalmente em seu livro “Aparência e Realidade”. A observação que Bradley explana é a respeito das relações. As relações realmente existem? Questiona o filósofo idealista. Essa dúvida surge devido à necessidade de relações em explicações sobre as distinções dos objetos. No entanto, Bradley argumenta que o resultado sempre é algo contraditório ou uma regressão ao infinito. Por exemplo, tenho uma blusa, o tecido dessa blusa é da cor azul. O que “conecta” a cor azul à linha de algodão da minha blusa? Teremos que estabelecer uma relação para unir a propriedade “cor azul” ao tropo de algodão. Mas essa relação é uma nova entidade? Que tipo ou categoria ela pertence? Na teoria de tropos, se ela for considerada um tropo, será o gatilho para um regresso ao infinito. Isso acontece, pois surgirá mais uma vez a pergunta o que une esse tropo que

relaciona a propriedade, ou melhor, o tropo “azul” ao tropo “algodão”, mais uma vez será necessário uma relação, para “unir” o tropo r1 ao tropo az1, que é o tropo da cor azul que se relaciona com tropo al1, que é tropo de algodão da minha blusa. E assim, *ad infinitum*. Desta forma, devido sempre terem esse resultados insatisfatórios, segundo Bradley, as relações não existem e o que temos é uma realidade una, as distinções não passam de pura aparência (Maurin, 2002, p. 135-138).

Maurin afirma que responder de forma consistente e satisfatória a crítica de Bradley é uma necessidade para que possamos continuar com as relações de copresença e até mesmo com a teoria de tropos. Maurin aceita a primeira proposição a respeito das relações que o filósofo Bradley defende que é a necessidade de ter relações para “relacionar” o objeto com a respectiva propriedade ou no caso da teoria de tropos o tropo A com o tropo B. Ela defende que as relações devem ser entidades de direito próprio, neste caso, no âmbito da teoria de tropos teria que ser um tropo. Anna-Sofia Maurin também reconhece que considerando a relação de copresença como um tropo gerará um regresso, porém a filósofa analisa a investigação crítica do filósofo inglês através de três opções para que possa responder consistentemente e satisfatoriamente a crítica bradleyana.

A primeira alternativa é negar a existência da relação. No caso, o que haveria não é uma relação, mas uma conexão intrínseca aos constituintes do particular concreto. Desta forma, não teríamos que analisar um regresso, pois este não se iniciaria já que a conexão existente não seria uma nova entidade. No ponto de vista dos realistas, Armstrong apresenta tal argumento para evitar o regresso na explicação de como os universais instanciam os particulares. O que há é uma conexão muito sólida entre o universal e o substrato, com isso os realistas, segundo Armstrong, evitam o aparecimento de um regresso. No entanto, na teoria de tropos, Maurin afirma que o preço que o teórico de tropos deve pagar é muito alto, pois deveria contradizer aquilo que fundamenta a própria teoria, no caso, a independência entre os tropos (Maurin, 2002, p. 139-141).

A segunda alternativa que Anna-Sofia investiga é a virtuosidade do regresso. Nesta situação acontece o regresso, porém o que é importante é se ele é vicioso ou não. Para sua investigação sobre a viciosidade do regresso, a filósofa sueca considera os critérios estabelecidos pelo filósofo Campbell. Segundo o filósofo australiano, para que um regresso seja considerado virtuoso ele deve ser *possível*, o regresso deve ter a capacidade de acomodar as infinitas relações que forem necessárias para justificar o fato gerador do regresso; este

regresso também deve ser *explicável*, isso significa que o regresso possa ser apresentado simbolicamente; o regresso para ser virtuoso também deve ter um sentido de dependência onde os termos posteriores dependem dos anteriores. Seguindo esses critérios, Maurin conclui que a relação não é virtuosa, pois ela sendo uma relação externa cria novas entidades sempre que dar um passo adiante no regresso (Maurin, 2002, p. 161-163).

Por fim, a autora de *If Tropes*, analisa a terceira alternativa que é refletir sobre o conceito de relação. Maurin argumenta que a relação de copresença sendo uma relação, ela naturalmente relaciona os termos aos quais estabelece a relação de copresença. O que isso significa? Significa que temos dois tipos de tropos, os tropos de propriedades, como por exemplo, ser azul, e os tropos relacionais, na qual é próprio de suas naturezas relacionarem. Analisemos o seguinte exemplo: temos uma porta na qual, entre os inúmeros tropos que a constituem existem os tropos de *ser marrom*, tropo de *ter 2m*, e o tropo de *ser sólido*. Além desses tropos possui o tropo relacional de copresença *C1*, responsável por relacionar os tropos *ser marrom*, *ter 2m* e *ser sólido*. Da mesma forma, que esses tropos têm essas características pois fazem parte de suas naturezas ter essas características, o tropo relacional de copresença *C1*, possui como característica própria de sua natureza relacionar os tropos *ser marrom*, *ter 2m*, *ser sólido*. Lembrando que a copresença é uma relação externa, desta forma, os tropos *ser marrom*, *ter 2m*, e *ser sólido* não dependem dela para existirem. Analisando desta forma, não há necessidade de regresso pois faz parte dos tropos de propriedades serem como são e dos tropos relacionais, como a copresença, serem o que são. É próprio da natureza deles (Maurin, 2002, p. 163-166).

Desta forma, Maurin nos apresenta uma teoria que poderia ser a solução para definir o que seria um particular concreto. A teoria de feixes é a escolhida para essa empreitada. Segundo Anna-Sofia Maurin tal teoria nos informa que um particular concreto é um feixe de propriedades, no caso, da teoria de tropos, um feixe tropos. Esse feixe pode ser denominado como um aglomerado estruturado de tropos, contudo o que é mais complexo nesse feixe é o que liga cada tropo para se constituir o feixe. Essa responsabilidade fica a cargo da relação de copresença. Esta, estabeleceria o elo constitutivo dos feixes, formando um particular concreto e também seria de sua incumbência, no caso, a relação de copresença, distinguir um feixe de outro.

Para estabelecer uma análise criteriosa da relação de copresença, Maurin faz um estudo se essa relação é interna ou externa. Pois esse fato, o da internalidade ou externalidade

da relação de copresença, é fundamental para um argumento convincente de sua utilização na constituição de um particular concreto. Em seguida, a filósofa apresenta algumas interpretações de relações internas e externas aplicadas à relação de copresença. Ela cita a relação fortemente interna, onde é necessário que os termos existam para aquela relação. Maurin considera inviável tal interpretação pois obrigaria que determinado tropo, como por exemplo, o tropo da cor branca da mesa⁰², necessitaria, ou melhor, era obrigatoriamente necessário que existisse um tropo extenso ao tropo da cor branca da mesa⁰². Outra interpretação das relações internas analisada por Anna-Sofia é a do sentido de Moore. Nesta, a relação de copresença é fundamental para identidade dos termos da relação. Contudo, Maurin observa que se a relação de copresença segue como relação interna nesse sentido, seria impossível originar novas coisas, já que a relação torna-se estática sem nenhuma mudança pois é responsável pela identidade dos termos. O que isso significa? Significa que a relação de copresença relaciona tropos na qual, suas existências, não dependem um do outro. A relação de copresença não é necessária para identidade desses tropos e não é proveniente da natureza de cada tropo isoladamente.

Alvorado (2020, p. 280-281) critica a relação de copresença apresentada por Maurin, pois ela cai em um regresso vicioso. Já que sendo uma relação, e como tal um tropo, necessita-se de outro tropo para relacionar e assim sucessivamente, caindo em um regresso, segundo Alvorado, vicioso. Para evitar a viciosidade do regresso, Maurin alega que é da natureza do tropo de copresença relacionar, desta forma, não precisamos de um novo tropo, pois é fundamental do tropo de copresença relacionar aqueles tropos. Porém, essa afirmação passa uma dependência do tropo de copresença com seus relatas, e de acordo com Alvorado, é fundamental de todo tropo ser independente um do outro, desta forma a copresença como Maurin apresenta vai de encontro com o que a teoria de tropos prega.

4.3 A Teoria Nuclear da Substância

O filósofo Peter Simons faz uma investigação minuciosa de possibilidades de enfrentar o obstáculo das relações na constituição de particulares concretos. Porém, ele utiliza a teoria de tropos para sua empreitada. Simons inicia sua análise filosófica através da história dos conceitos que remetem a uma noção do que seria os tropos atualmente. Essa volta ao

passado é importante para que sua tese seja compreendida e consistente o suficiente para solucionar o problema das relações na formação dos objetos sem aderir a algum tipo de ontologia realista. Nessa volta ao passado, Simons encontra o conceito de *acidentes individuais*. Ele chega até esse conceito em seu estudo do conceito husserliano de *momentos*. Esse conceito define entes dependentes e não autônomos que fundamentam os particulares concretos (Simons, 1994, p. 554-557).

Antes de investigar as teorias de feixe e de substrato, Simons apresenta os conceitos de *fundação* de Husserl:

Um indivíduo A é fracamente fundado em um indivíduo B se e somente se A é necessariamente tal que não pode existir a menos que B exista. Um objeto é fracamente fundado em suas partes próprias essenciais. Mas existe outro sentido de fundação, mais apropriado aqui, que diz que A está fortemente fundamentado em B se e somente se A está fracamente fundamentado em B e B não faz parte de A (Simons, 1994, p. 559, tradução nossa).

Tal relação de fundação foi criada por Husserl, de acordo com Simons, para explicar a coesão dos objetos, e como ocorre a mudança nesses. Na teoria de tropos, Simons critica a teoria husserliana por faltar uma distinção entre tropos acidentais e essências (Simons, 1994, p. 559-562).

Simons apresenta sua forma de entender os tropos. Para o filósofo, os tropos são particulares concretos que instanciam propriedades, diferenciado-se de universais e propriedades abstratas. É com esse entendimento sobre o que é um tropo, que Peter Simons faz sua análise das teorias de tropos predominantes a respeito da constituição dos objetos. A primeira a ser examinada é a teoria de feixes. Para Simons a teoria defende que as coisas são um agrupamento de tropos unidos por relação de copresença, apesar de trazer uma economia, a teoria sofre de dificuldades conceituais (Simons, 1994, p. 558). Segundo Simons, essas dificuldades ocorrem pois o próprio conceito de copresença necessita de uma explicação mais aceitável de como relaciona os tropos. Pois, surge a questão, de acordo com Simons, como os tropos são circunstancialmente ligados, desta forma, permitindo mudança, contudo sem a presença de um suporte para estabelecer a coesão do objeto? Outro obstáculo que o filósofo encontra na teoria de feixes é a respeito de como ocorre o processo de mudança. Simons não entende como a modificação do objeto acontece no decorrer do tempo sem que esse objeto desapareça. Pois, para o filósofo, esse seria o processo natural para acontecer já que a teoria

de feixe examinada por Simons não possui uma relação fundamental, dificultando a totalidade do feixe.

Em seguida, Simons faz o seu exame da outra teoria que tenta explicar a constituição de um particular concreto. Neste caso, estamos falando da teoria do substrato. Essa teoria difere da teoria anterior, no caso, teoria de feixes, por possuir uma entidade que não é tropo. Falamos do substrato. Esse ente é responsável por ser um suporte das propriedades, tendo como função principal a individuação do particular concreto. No entanto, o “particular nu”, como é conhecido o substrato, é muito obscuro e ininteligível, para uma teoria que aceita apenas tropos como os entes fundamentais da constituição da realidade, incluindo os particulares concretos. Adotar uma entidade que não possui propriedades é um preço muito alto segundo Simons, para argumentar a favor da coesão e identidade dos particulares concretos (Simons, 1994, p. 565-567).

Como uma solução aos problemas encontrados na teoria de feixes e na teoria de substrato, Simons sugere a teoria nuclear. A teoria nuclear estabelece que as coisas são constituídas por um núcleo de tropos que se relacionam de maneira necessária e fundamental e por tropos contingentes. Os tropos que fazem parte do núcleo existem de forma dependente entre eles, desta forma, é possível manter a identidade das coisas com o passar do tempo. A mudança fica a cargo dos tropos contingentes que aderem a esse núcleo fundamental. Então, com essa teoria, teríamos particulares concretos que sofrem mudanças, contudo, permanecem sendo o mesmo particular concreto antes da mudança, que no caso da teoria nuclear, ocorre nos tropos contingentes. Simons usa a teoria de fundação de Husserl no núcleo, desta forma, evita os problemas que a teoria de substrato e feixes enfrentam. Deixando apenas as vantagens de cada teoria:

Considere a seguinte situação. Em vez de algo simples como portador ou elo para o feixe de tropos, e em vez de considerar o feixe inteiro, negligenciando a distinção entre tropos essenciais e acidentais, considere uma abordagem em dois estágios. No primeiro estágio, temos uma coleção de tropos que devem ocorrer como indivíduos. Estes formam um núcleo essencial da substância. Para eles, poderíamos ter um substrato que os conecta, mas, em vista aos problemas mencionados na última seção, que se estendem, prefiro uma teoria de feixes no estilo de Husserl. Como esses tropos são todos direta ou indiretamente mutuamente fundadores como os indivíduos que são, eles formam um sistema de fundação no sentido discutido acima. Tal núcleo forma a essência individual ou a natureza individual de uma substância, mas geralmente não será uma substância completa, visto que existem outras propriedades não essenciais que a substância possui. O núcleo exigirá suplementação por tropos

de certos tipos determináveis, mas não exigirá tropos individuais específicos desses tipos: sua dependência será específica, não individual. Os outros tropos que ele possui, e que podem ser substituídos sem que o núcleo deixe de existir, podem ser considerados dependentes do núcleo como um todo como portador (serão então dependentes de cada tropo necessário no núcleo, pela transitividade da dependência necessária). Sua dependência é parcialmente unilateral, pois, embora esses tropos acidentais dependam do núcleo para sua existência, não dependem da deles, embora exijam algum tropo dessa família. O núcleo é, portanto, ele próprio um feixe compacto que serve como substrato para o feixe mais frouxo de tropos acidentais e explica a existência de todos eles. A teoria nuclear combina, portanto, aspectos da teoria dos feixes e da teoria do substrato (Simons, 1994, p. 567-568, tradução nossa).

Como já mencionado, para defender sua crença Bradley criou argumentos de regresso ao infinito que provam, segundo Bradley, que relações não existem. Tais argumentos contra relações podem ser usados para uma crítica a teoria de Simons.

Ao investigarmos um objeto corriqueiro, como um torrão de açúcar, podemos perceber as qualidades de brancura, doçura e dureza desse torrão. Perguntamos então o que une essas qualidades para constituir o torrão de açúcar. Esse questionamento nos leva à pressuposição de relações, que serão necessárias para unir as qualidades do torrão. Seguindo com a investigação nos perguntamos o que seriam as relações (Perovic, 2025).

As relações podem ser consideradas as entidades responsáveis por diferenciar e unir as propriedades constituintes dos objetos. No entanto, para que uma relação exista de fato, ela deve ser fundamentada em seus relatas. Por exemplo, temos a propriedade A e a propriedade B para que a relação C as una, esta relação C deve ser fundamentada em uma parte ontológica das propriedades A e B. Porém, para que essas partes ontológicas se unam a relação C, necessita-se de uma nova relação D. Contudo, que essa nova relação D se una a relação C com as propriedades A e B, é preciso uma nova relação E e assim sucessivamente sem fim (Perovic, 2025).

Outra análise crítica que podemos fazer à teoria de Simons é quanto às mudanças parciais ou substâncias dos objetos que seguem a teoria nuclear de Simons. Segundo a teoria, o núcleo que serve como substrato é feixe de tropos que estão em relação de copresença, na qual, por essa relação ser interna evita o problema do regresso. No entanto, a teoria nuclear estabelece uma dependência entre os tropos do núcleo que são os essenciais e os tropos do feixe de tropos acidentais. Tal dependência impede qualquer mudança sem que haja a

destruição do objeto por completo. Mesmo que essas mudanças ocorram nos tropos acidentais (Denkel, 1997, p. 602).

Como alternativa a esse problema, Arda Denkel sugere o conceito de saturação, que toma de Frege. Esse conceito nos diz que um objeto está saturado quando ele está totalmente completo e insaturado quando está incompleto. Como acontece, então, a completude de um objeto. A insaturação do objeto aparece quando esse está realizando uma mudança (Denkel, 1997, p. 604). Para compreender melhor esse processo, utiliza-se a classificação determinável e determinado. Determinado é o tropo específico, aquele único tom de cor da ervilha. E por determinável, neste caso, dizemos ser a cor (Denkel, 1997, p. 605).

Notamos que nesse capítulo o foco foi encontrar meios de definir satisfatoriamente um particular concreto, objeto ou coisa. Para alcançar esse objetivo, apresentamos as teoria de feixes e substratos. Suas vantagens e desvantagens. Constatamos que existe a opção pela teoria de feixes pela filósofa Anna-Sofia Maurin. Na qual, ela encara a relação de copresença importante para se determinar o que é objeto. Observamos que o filósofo Peter Simons, utiliza-se das vantagens das duas teorias, no caso, feixes e substrato, para criar a sua teoria nuclear. Com o acréscimo da teoria husserliana de fundação, estabelecer o núcleo em um feixe tropos dependentes. Constatamos que o regresso Bradleyiano é usado como prova para as teorias de feixes com relação de copresença e para teoria nuclear. Testando a consistência das respectivas teorias na definição do que seria um objeto.

5 CONCLUSÃO

Na filosofia, especificamente na metafísica, existe um problema que perdura desde do período clássico na Grécia. Estamos falando do problema dos universais. Este problema aparece quando questionamos o que é esse algo em comum em diferentes objetos. Diversas teorias deram explicações e argumentos diferentes para essa questão. Os realistas, que aceitam a existência de universais, afirmam que esse algo em comum em diferentes coisas é um universal. Desta forma, podemos definir um universal como uma entidade que é compartilhável, repetível e que, para os realistas platônicos pode estar fora do espaço tempo. Assim, o vermelho de duas maçãs é duas instâncias do universal *vermelhidão*.

No entanto, existem teorias que defendem somente a existência de particulares. Entidades incompartilhadas, irrepetíveis, únicas e existem apenas no espaço-tempo. Como exemplo dessas teorias temos os nominalistas e um tipo extremo, os teóricos de tropos. Estes afirmam que o que existem, apenas, são os tropos. Todas as coisas que existem são constituídas de tropos.

Porém, essas teorias, tanto as que negam, como as que aceitam a existência de universais, enfrentam um obstáculo complexo e interessante para a filosofia contemporânea. Este obstáculo é o problema do regresso. O regresso surge nessas teorias em seus argumentos contra ou a favor dos universais. Um regresso, explicando de forma resumida, é uma série que se inicia e não tem fim. Em suas investigações e estudos para evitarem ou contornarem o problema do regresso, alguns teóricos enxergam o regresso não como problema, mas viciosidade do regresso é que seria o problema como Anna-Sofia Maurin mostrou. Outros argumentam em suas teorias que o regresso não aparece, pois não há criação de novas entidades. Não há uma adição ôntica, como Campbell demonstrou.

Inicialmente explicamos o que seria um universal, resumidamente, é aquilo que se compartilha por diversos objetos. Por exemplo, a cor vermelha de duas bolas de bilhar. Em seguida, apresentamos as teorias ontológicas que aceitam a existência de universais, no caso, os realistas, e as teorias que negam a existência dos universais, no caso, os Nominalistas. Nas teorias nominalistas, apresentamos o nominalismo de conceito, de predicado, de classe e o de semelhança. Depois analisamos os argumentos dessas respectivas teorias nominalistas para

negar a existência de universais. E observamos que todas caem ou no regresso relacional ou no regresso objectual.

Logo após, apresentamos a teoria de tropos. Começamos explicando o que é um tropo, que, de forma sintética, pode ser definido como o elemento fundamental da realidade. Tudo o que existe são tropos, inclusive as propriedades. Explanamos suas características marcantes, como a particularidade, um tropo é único, irrepetível; sua simplicidade, um tropo não é constituído de outras entidades, ele é a entidade fundamental da realidade; e a abstração, foi mostrado que a abstração não tira a objetividade do tropo, pelo contrário, ele aprofunda a objetividade do tropo, já que expressa a sutileza em que os tropos constituem os objetos. Investigamos a metarrelação de semelhança exata e como esta é fundamental à teoria de tropos para solucionar o problema dos universais. O que ocorre não é um universal sendo compartilhado por dois objetos, mas uma semelhança exata entre tropos que constituem dois objetos distintos.

Em seguida, apresentamos o problema da substância e o regresso proveniente desse problema, no caso, o regresso de Bradley. Esse regresso surge quando tentamos explicar a coesão em um feixe de tropos para se constituir um objeto. E como tal objeto torna-se único, distinto de outros objetos e como sofre mudanças sem deixar de ser quem ele é? Tais questionamentos nos levaram a apresentar as teorias mais aceitas da substância, são elas: a teoria do substrato e a teoria de feixes. Aquela postula uma entidade suporte para as propriedades, tal entidade é denominada de substrato, no entanto, não possui nenhuma propriedade, servindo apenas para individuar os objetos. Por ser uma entidade obscura, concluímos que não seria uma teoria satisfatória para um teórico que só postula tropos como a categoria única. Depois, apresentamos a teoria de feixes, um particular concreto é um feixe de tropos, na qual se relacionam por uma relação de copresença.

Explicamos que aparece um regresso percebido pelo filósofo Bradley. Pois se dois tropos estão relacionados, Bradley perguntou, o que relaciona, os tropos e a relação. Sendo a relação também um tropo, necessita-se de outro tropo para relacionar os tropos com a relação, e assim sucessivamente. Na procura por uma solução para regresso bradleyano, analisamos a metarrelação de copresença, esta relaciona tropos para que se possa formar particulares concretos. Mostramos que alguns filósofos consideram a relação de copresença suficiente para explicar a coesão dos objetos, no entanto, outros afirmam que o regresso de Bradley também aparece na metarrelação de copresença. Como resposta ao regresso de Bradley

mostramos primeiro a alternativa de Maurin. Ela defende que o regresso não é um problema mas a viciosidade desse regresso. Explicamos as formas que Maurin apresenta para definir se um regresso é vicioso ou não. Constatou-se que a melhor forma de definir a viciosidade de um regresso, segundo Maurin, é pelo sentido da dependência que esse regresso segue. Se o sentido do regresso segue passos que dependem do próximo elemento gerado pelo regresso temos um regresso vicioso. Se o sentido do regresso é proveniente de um passo anterior até o seu gatilho o regresso não é vicioso.

Por fim, apresentamos a teoria nuclear de Simons, que junta as melhores características das teorias de substrato e de feixes. Simons sugere que um particular concreto é constituído por um núcleo de feixe de tropos essenciais, e por tropos contingentes. Os tropos contingentes são responsáveis pelas mudanças dos particulares. O núcleo de feixe de tropos essenciais fica a cargo da identidade do particular e por sua individuação. Simons demonstra que sua teoria está a par com a ciência mais aceita atualmente. Ele dá exemplos de aplicação na física quântica. Porém a teoria nuclear de simons também sofre críticas tais como definir qual tropo é essencial e como funciona a relação de dependência entre tropos essenciais e contingentes, e como a teoria se aplica a objetos do cotidiano, como vacas e aviões.

Apesar dos questionamentos sobre a teoria dos tropos e o regresso que surge na solução do problema dos universais, ela se mantém coerente o suficiente para que se continue investigando e analisando formas de responder aos seus críticos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Valdetonio Pereira de. **Nominalismo e Teoria de Tropos: o estatuto das propriedades**. 2015. 173 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015
- ALVORADO, José Tomás. **A metaphysics of Platonic universals and their instantiations: shadow of universals**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2020. (Synthese Library, v. 428). DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-53393-9>.
- ARMSTRONG, David Malet. **Infinite regress arguments and the problem of universals**. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 52, n. 3, p. 191–201, 1974.
- ARMSTRONG, David Malet. **Nominalism and Realism: Volume 1 - Universals and Scientific Realism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- ARMSTRONG, David Malet. **Universals: an opinionated introduction**. Boulder: Westview Press, 1989.
- BRANQUINHO, João; IMAGUIRE, Guido. Regressões ao infinito em metafísica. In: BRANQUINHO, João; SANTOS, Ricardo (ed.). **Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 1-35. ISBN: 978-989-8553-22-5. DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0077>.
- CAMPBELL, Keith. **Abstract particulars**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- DENKEL, Arda. On the compresence of tropes. **Philosophy and Phenomenological Research**, [s. l.], v. 57, n. 3, p. 599-606, set. 1997.
- MAURIN, Anna-Sofia. **If tropes**. Dordrecht: Springer, 2002. (Synthese Library, v. 308). DOI: <https://doi.org/10.1007/978-94-017-0079-5>.
- MAURIN, Anna-Sofia. Trope theory and the Bradley regress. **Synthese**, v. 175, p. 311–326, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11229-009-9511-2>.
- MAURIN, Anna-Sofia. Infinite regress: virtue or vice? In: RØNNOW-RASMUSSEN, T. et al. (ed.). **Hommage à Wlodek: philosophical papers dedicated to Wlodek Rabinowicz**. Lund: Lund University, 2007. Disponível em: <https://www.fil.lu.se/hommageawlodek/>. Acesso em: 10 out. 2025.
- PEROVIC, Katarina. Bradley's Regress. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2025. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/bradley-regress/>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. 3. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1974.

SIMONS, Peter. Particulars in Particular Clothing: Three Trope Theories of Substance. **Philosophy and Phenomenological Research**, Vol. 54, No. 3, pp. 553-575, 1994.

WILLIAMS, Donald Cary. Dos elementos do ser. Tradução de Osvaldo Pessoa Jr. São Paulo, 2006. Tradução de: On the elements of being. **The Review of Metaphysics**, v. 7, p. 3–18, 1953.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este Trabalho de Conclusão de Curso Monografia, escrito sob minha orientação, está em versão final, de acordo com as solicitações realizadas pela banca examinadora. Informo também que procedi à revisão final do texto, constatando que atende às especificações das normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos da UFCA, no que diz respeito ao conteúdo e à formatação.

Juazeiro do Norte-CE, 11 de fevereiro de 2026,